



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

RECUPERAÇÃO
JUDICIAL

Processo nº 001/1.15.0189666-1
(0275316-51.201.5.82.1000)

Relatório Mensal da Atividades
Competência: Maio a Agosto de 2018

Porto Alegre, 18 de setembro de 2018



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE
ATIVIDADES

1. INTRODUÇÃO
2. EVENTOS RELEVANTES
3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS
4. ENDIVIDAMENTO
5. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS
6. DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS
7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial da empresa CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA. Os dados foram coletados e analisados pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial das empresas Recuperandas. As referidas informações foram extraídas dos autos da recuperação judicial, principalmente no que tange às informações contábeis e financeiras e, em especial, das visitas técnicas ocorridas nas obras da empresa, bem como reuniões com os procuradores e representantes das Recuperandas.

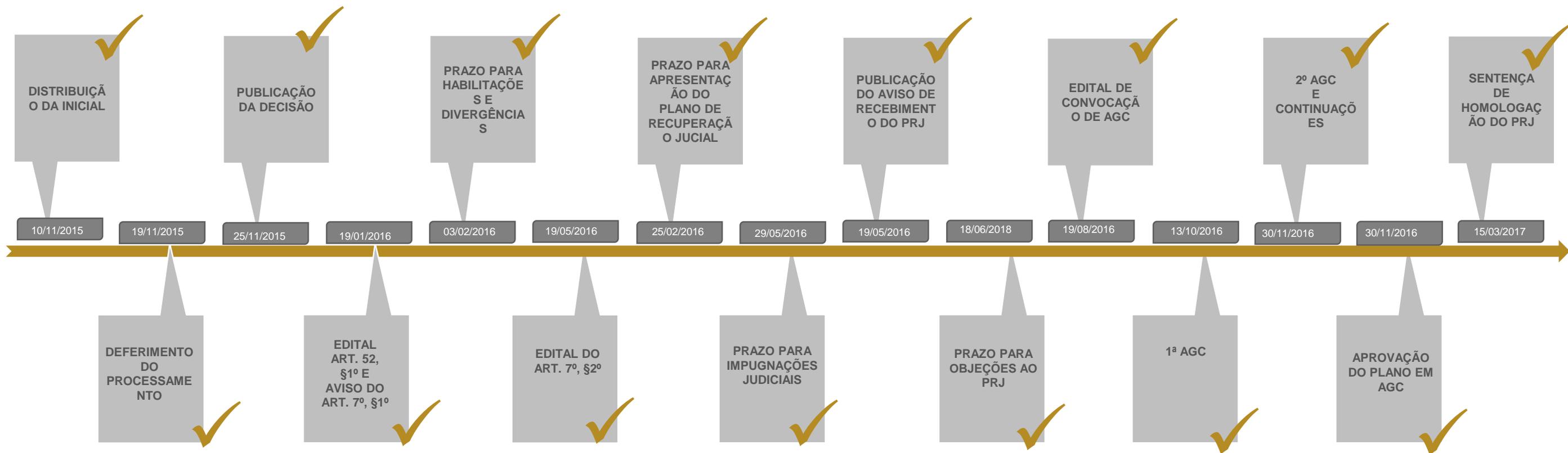
As Recuperandas vêm cumprindo suas obrigações processuais com a apresentação das contas demonstrativas mensais (art. 52, IV, da LREF). Informações de sua atividade estão sendo prestadas à Administração Judicial e aos credores, quando solicitadas.

Todos os documentos que serviram de base para a elaboração do presente relatório estão disponíveis para consulta no site www.administradorjudicial.adv.br e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Medeiros & Medeiros Administração Judicial.

O RMA (Relatório Mensal de Atividades) reflete a análise técnica contábil limitada às informações disponibilizadas, não exaustivas sobre a situação da empresa



1. INTRODUÇÃO - CRONOGRAMA PROCESSUAL





MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE
ATIVIDADES

1. INTRODUÇÃO
2. EVENTOS RELEVANTES
3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS
4. ENDIVIDAMENTO
5. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS
6. DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS
7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



2. EVENTOS RELEVANTES

Atraso na prestação de contas

Salientamos que houve sistemáticas cobranças das informações, como é procedimento padrão desta Administração Judicial. A empresa, por sua vez, permanece enviando as demonstrações financeiras com muito atraso.

Reiteramos a cobrança de informações de junho e julho de 2018, porém até a finalização deste relatório este administrador judicial não recebeu os documentos contábeis e financeiros.

Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial

O plano encontra-se em fase de cumprimento.

Nos meses de junho a agosto a empresa está procedendo com as cessões de crédito conforme previsão do plano.

Foi autorizada a venda direta do imóvel na forma da proposta apresentada nos autos, possibilitando o pagamento dos credores trabalhistas.

Maiores esclarecimentos estão mencionados no item 7 deste relatório.



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE
ATIVIDADES

1. **INTRODUÇÃO**
2. **EVENTOS RELEVANTES**
3. **DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS**
 - HISTÓRICO DA ATIVIDADE
 - INSTALAÇÕES e OBRAS
 - ESTRUTURA SOCIETÁRIA
 - PARTES RELACIONADAS
 - RAZÕES DA CRISE
4. **ENDIVIDAMENTO**
5. **INFORMAÇÕES OPERACIONAIS**
6. **DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS**
7. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**



3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS

Histórico Atividades

Em 1934 foi fundada no estado do Rio de Janeiro a Construtora Brasília Guaíba, que associada à construtora francesa Spie-Batignolles, trouxe para o país técnicas avançadas de construções de barragens, gasodutos, construções de pontes e viadutos com moldes deslizantes, além de obras de terraplanagem e pavimentação de rodovias.

No ano de 1963 foi criada a Construtora Brasília Guaíba Obras Públicas na cidade de Porto Alegre/RS, com isso, em 1976 a Construtora Brasília Guaíba incorporou a Construtora Brasília Guaíba Obras Públicas pois tinham o mesmo objetivo em sua atividade.

Nos anos 80 a empresa se mudou para Porto Alegre/RS e a família Loifermam comprou todas as ações, assumindo a titularidade de todas as ações da empresa.

No dia 22.12.1988 foi estruturada a empresa ALOI Participações Societárias – EIRELI com o único fim de participar e controlar outras sociedades, assim, após a sua criação passou a ser a principal acionista da CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA substituindo as pessoas físicas que até aquele momento controlavam.

Em um cenário que se apresentava como positivo no ano de 2009, a empresa inicia um processo de modernização da empresa, pesados investimentos em relação a renovação de equipamentos, tecnologia e até na própria gestão. Até esse o momento o principal cliente era o DNIT (nível federal) e o DAER (nível estadual). Porém, com o passar dos períodos o estado do Rio Grande do Sul passou a investir menos em infraestrutura, atrasar pagamentos e retardar andamentos de obras, com isso, a empresa buscou expandir sua atividade para outros estados do Brasil, e então construiu-se uma estrutura para alcançar o patamar de obras na ordem de R\$ 250 milhões anuais, mas, esse patamar nunca foi alcançado.

Em 2014 uma forte crise atinge a empresa, em virtude da escassa oferta de novas obras e pela natureza lesiva de preços aviltados impostos às empreiteiras, entre outros fatores, com isso, as consequências foram negativas para a atividade da empresa, comprometendo a liquidez e o resultado econômico.



MEDEIROS & MEDEIROS

Instalações e Obras

Estas são algumas imagens disponibilizadas pela própria recuperanda das obras e de serviços prestados.

Obra na BR-116 no trecho entre a cidade de Tapes e Camaquã.



3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS

Construção de uma Ala de Bueiro e em seguida uma escavação mecânica

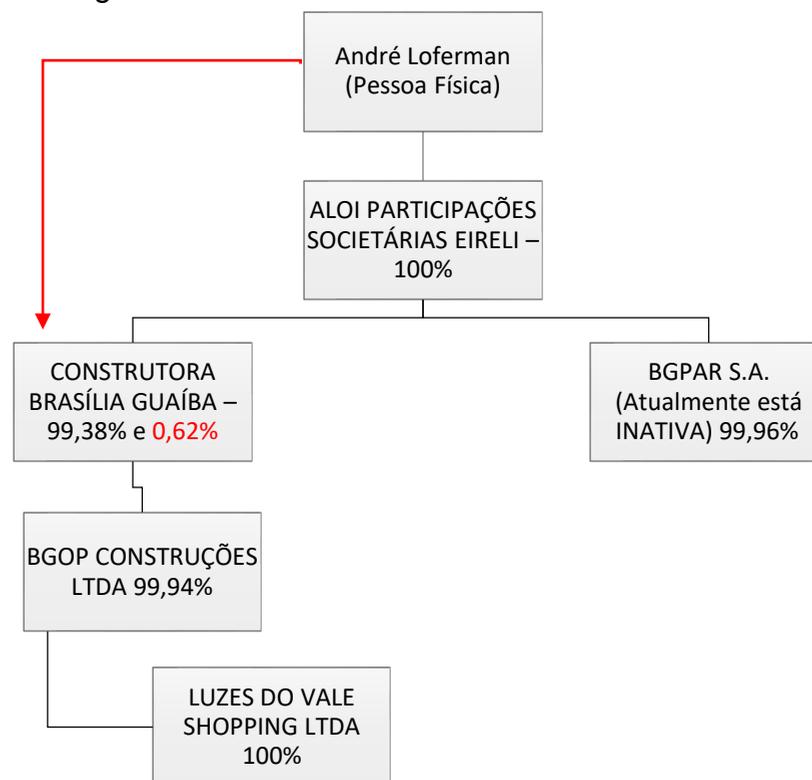




Estrutura Societária e Partes Relacionadas

As empresas que estão em recuperação judicial são:

- CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA, inscrita sob o nº de CNPJ 33.192.873/0001-00, com endereço na Av. Independência, nº 1299, 5º andar, conjunto 502, Porto Alegre/RS
- ALOI PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIA – EIRELI, inscrita sob o nº de CNPJ 92.550.052/0001-50, com endereço na Av. Independência, nº 1299, 5º andar, conjunto 501, Porto Alegre/RS





3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS

Razões da Crise

De acordo com a petição inicial, foram diversos os motivos que causaram o referido pedido de Recuperação Judicial. Entre eles se destaca a crise nacional e internacional, motivada por fatores políticos e econômicos.

Além destes fatores, ainda se destaca outros problemas enfrentados, como por exemplo, erros ou alterações de projetos falta de liberação de trechos a serem trabalhados por questões ambientais ou por demandas sobre alienação de propriedades de terceiros, atraso crônico nos pagamentos dos serviços comprovadamente executados, dessa forma, resultando na interrupção de obras.

Todas as dificuldades citadas causaram prejuízos em demasia, afinal, a paralisação destas obras, prejudicam a receita das empresas que continuam a ter que cumprir com suas obrigações, dentre estas altos custos fixos nos canteiros de obras, aluguel de máquinas , folha salarial, enfim, diversas despesas e custos que se agravam com o passar dos períodos.

Neste contexto a empresa está em uma situação em que não consegue cumprir com os prazos contratados em seus compromissos junto a fornecedores, funcionários, tributos e instituições financeiras.



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE
ATIVIDADES

1. **INTRODUÇÃO**
2. **EVENTOS RELEVANTES**
3. **DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS**
4. **ENDIVIDAMENTO**
 - CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 - CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL
5. **INFORMAÇÕES OPERACIONAIS**
6. **DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS**
7. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

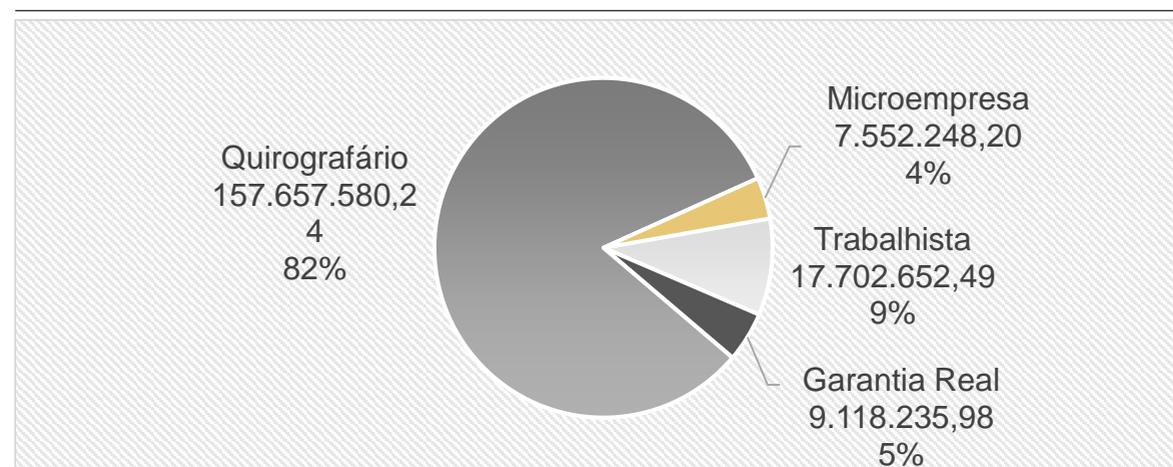


4. ENDIVIDAMENTO - CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

RESUMO DA RELAÇÃO

Natureza	Quantidade de credores	% quantidade de credores	Valor total	% Valor total	Valor médio
Trabalhista	447	45,75%	17.702.652,49	9,22%	39.603,25
Garantia Real	4	0,41%	9.118.235,98	4,75%	2.279.559,00
Quirografário	390	39,92%	157.657.580,24	82,10%	404.250,21
Microempresa	136	13,92%	7.552.248,20	3,93%	55.531,24
Total	977	100%	192.030.716,91	100%	196.551,40

DISTRIBUIÇÃO DOS CREDORES POR NATUREZA



PRINCIPAIS CREDORES

CLASSE	CREDOR	VALOR R\$
CLASSE II	BANRISUL	4.920.000,00
	BANRISUL	42.262.034,67
CLASSE III	BANCO DO BRASIL	R\$ 23.794.225,18
	BANCO SANTANDER	R\$ 20.452.074,97
	EGM FIDC MULTISSET	R\$ 11.634.356,86
	BANCO CATERPILLAR	R\$ 7.647.864,78



4. ENDIVIDAMENTO - CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

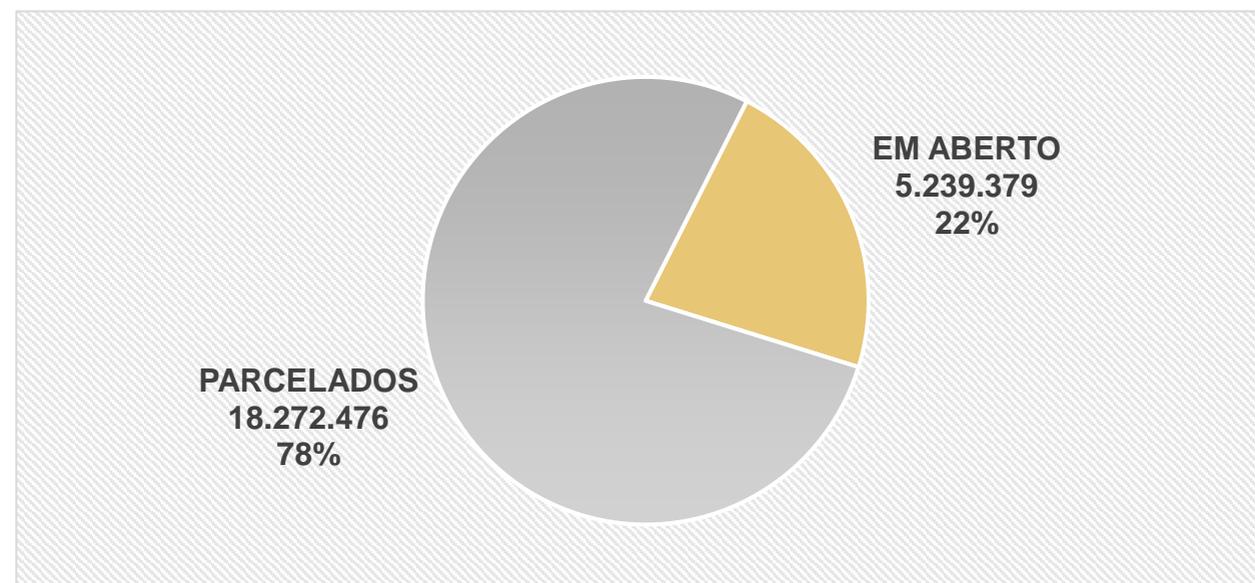
Dívida Tributária

A recuperanda informa que não está pagando os tributos mensais.

Dos parcelamentos que são descritos na tabela, apenas o parcelamento Simplificado e FGTS está sendo pago, e o razão disponibilizado pela CBG, mostra que houve pagamentos no montante de R\$ 5.661,28 em maio de 2018.

É relevante destacar que a empresa informa que está ajustando seus demonstrativos contábeis, de modo que o passivo fiscal seja apresentado de forma atualizada nos balancetes.

PASSIVO TRIBUTÁRIO em 05.2018	
EM ABERTO	
PIS	52.695
COFINS	242.232
IR FONTE	301.743
ICMS	34.264
IOF	42.727
ISSQN	2.274.480
TCFA	101.214
CEFEM	104.854
RETENÇÃO DE INSS S/ NF SERVIÇOS	490.980
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1.057.508
CONTRIBUIÇÕES FGTS	536.682
TOTAL	5.239.379
PASSIVO TRIBUTÁRIO em 05.2018	
PARCELADOS	
PERT	14.772.862
SIMPLIFICADO E FGTS	2.747.398
SESI	400.671
SENAI	351.545
TOTAL	18.272.476



Bancos Credores Não Sujeitos a RJ

CREADOR	CNPJ / CPF	VALOR R\$
BANCO BRADESCO S/A	60.746.948/0001-12	1.574.004,17
BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/0001-91	3.340.902,23
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL - BICBANCO S/A	07.450.604/0001-89	8.124.741,32
BANCO ATRIA S/A	05.956.581/0001-53	950.000,00
VALOR TOTAL		13.989.647,72



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

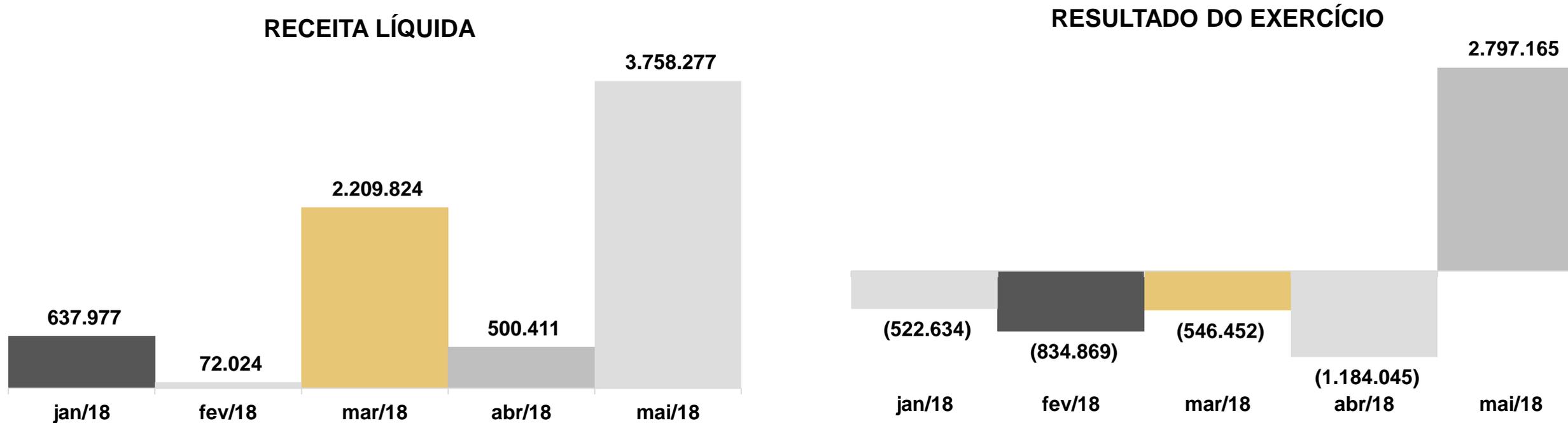


RELATÓRIO MENSAL DE
ATIVIDADES

1. **INTRODUÇÃO**
2. **EVENTOS RELEVANTES**
3. **DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS**
4. **ENDIVIDAMENTO**
5. **INFORMAÇÕES OPERACIONAIS**
 - RECEITA LÍQUIDA X RESULTADO DO EXERCÍCIO
 - FUNCIONÁRIOS
6. **DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS**
7. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

5. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

Receita Líquida x Resultado Exercício



Observação: A receita líquida significa o faturamento descontado os impostos sobre venda, devoluções e descontos comerciais.

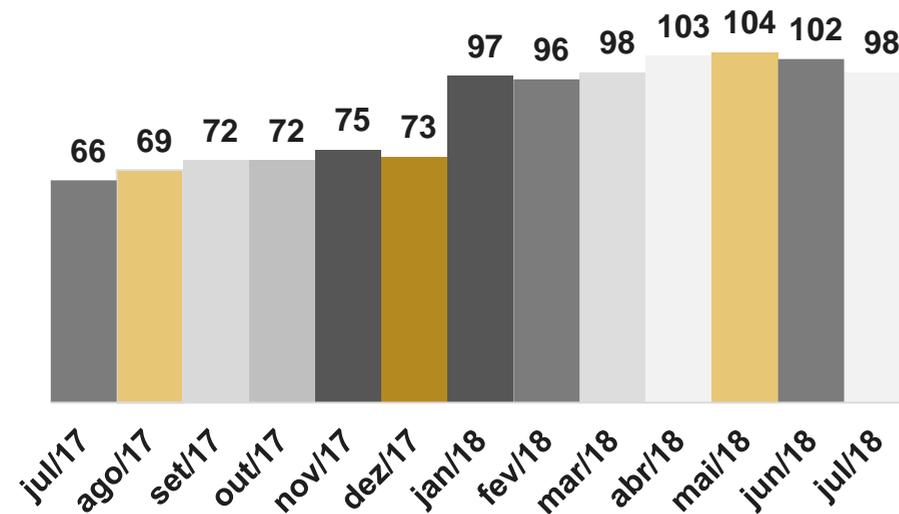
Funcionários

A fim de atender outro dos princípios da Recuperação Judicial – manutenção do emprego dos trabalhadores – está sendo fiscalizado o Setor de RH, para que os demais Órgãos da Recuperação, bem como Credores, tenham conhecimento da atual situação dos funcionários da Devedora.

Ao término do período de julho, pode-se observar no gráfico que a Construtora Brasília Guaíba contava com 98 funcionários, e ainda informa a este Administrador Judicial que gera um gasto com pessoal de R\$ 138.044,00 relativo a produção e R\$ 58.450,00 referente ao administrativos.

Sobre o mês de agosto, a recuperanda não informou sobre a quantidade de funcionários, mas um posicionamento a respeito da situação dos pagamentos aos trabalhadores, que pode ser observado nas tabelas discriminados por obras e departamento administrativo, percebe-se que a recuperanda paga de forma gradativa os funcionários.

Nº DE FUNCIONÁRIOS



MÊS	ESCRITÓRIO SEDE	OBRAS CACHOEIRINHA	OBRAS BR 116 (CAMAQUA)	CENTRAL DE EQUIPAMENTOS	OBRAS IVORÁ	OBRAS TAPES	OBRAS AGESUL
fev/18	PAGO 100,00%	PAGO 100,00%	PAGO 100,00%	PAGO 100,00%	PAGO 100,00%	PAGO 100,00%	PAGO 100%
mar/18	PAGO 100,00%	PAGO 75,48%	PAGO 100,00%	PAGO 100,00%	PAGO 44,14%	PAGO 100,00%	PAGO 100%
abr/18	PAGO 81,29%	PAGO 64,10%	PAGO 100,00%	PAGO 58,66%	PAGO 59,90%	PAGO 100,00%	PAGO 100%
mai/18	PAGO 63,67%	PAGO 64,35%	PAGO 93,71%	PAGO 26,46%	PAGO 63,52%	PAGO 100,00%	PAGO 64,52%
jun/18	PAGO 44,00%	PAGO 47,89%	PAGO 56,81%	PAGO 21,45%	PAGO 58,01%	PAGO 64,19%	EM ABERTO
jul/18	PAGO 31,57%	PAGO 15,01%	PAGO 17,92%	PAGO 16,94%	PAGO 39,19%	EM ABERTO	EM ABERTO
ago/18	PAGO 18,83%	PAGO 1,31%	PAGO 0,76%	EM ABERTO	PAGO 10,28%	EM ABERTO	EM ABERTO



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE
ATIVIDADES

1. **INTRODUÇÃO**
2. **EVENTOS RELEVANTES**
3. **DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS**
4. **ENDIVIDAMENTO**
5. **INFORMAÇÕES OPERACIONAIS**
6. **DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS**
 - BALANÇO
 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
7. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**



6. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS

Balanco Patrimonial - Ativo

BALANÇO	abr/18	Δ Mai/18	mai/18	A.V.
ATIVO	67.649.653	3.595.344	71.244.997	100%
CIRCULANTE	27.697.005	21.274.081	48.971.086	69%
CAIXAS E BANCOS	16.597	(5.427)	11.170	0%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	67.871	(67.745)	126	0%
CONTAS A RECEBER	3.124.593	17.710.632	20.835.225	29%
SERVIÇOS A FATURAR	9.694.111	3.650.923	13.345.034	19%
ESTOQUES	6.401.453	(84.010)	6.317.444	9%
INVESTIMENTOS TEMPORARIOS	2.533.383	-	2.533.383	4%
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	2.248.546	11.944	2.260.490	3%
DEMAIS CONTAS E VALORES A RECEBER	1.360.369	57.763	1.418.132	2%
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	2.250.082	-	2.250.082	3%
NÃO CIRCULANTE	39.952.648	(17.678.737)	22.273.911	31%
CONTAS A RECEBER LP	17.710.632	(17.710.632)	-	0%
DEPOSITOS JUDICIAIS	2.429.932	-	2.429.932	3%
PARTES RELACIONADAS	1.903.161	31.895	1.935.056	3%
IMOBILIZADO	17.908.923	-	17.908.923	25%

ANÁLISE

Analisando o ativo de maio, se verifica uma movimentação de longo prazo para curto prazo, em que transferiu-se o valor de R\$ 17.710.632 na conta “Contas a Receber”, com isso, a conta a longo prazo ao final de maio não há valor registrado. Essa transferência foi especificamente do cliente Sotave (Secretaria do Tesouro Nacional),

Outra variação relevante no período, é na conta Serviços a Faturar, em que aumentaram as contas do Dep. Autônomo de Est. De Rodagem e DNIT aumentando em R\$ 282.350,03 e R\$ 3,4 milhões, respectivamente.

No ativo não circulante, a conta que demonstrou movimento foi “Partes relacionadas”, tendo um aumento de R\$ 31.895,00 referentes a juros sobre mútuos entre a CBG e a BGPARG.

Uma informação relevante sobre valores a receber se refere a um crédito que a recuperanda tem de uma obra executada no Pará referente a um porto, porém este serviço foi feito há 20 anos. Nesse tempo, houve a desapropriação e o valor a receber do tesouro nacional atualizado é de aproximadamente R\$ 14 milhões. A empresa peticionou no sentido de que o valor quando recebido não seja tratado como imobilizado, pois pretendem ceder este crédito para a Terra-mar pelo percentual de 80% para que possam antecipar esse recebível e retornar a atividade com esse valor.



6. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS

Balanco Patrimonial - Passivo

BALANÇO	abr/18	Δ Mai/18	mai/18	A.V.
PASSIVO	67.649.653	3.595.344	71.244.997	100%
CIRCULANTE	18.831.814	-128.613	18.703.202	26%
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	4.881.403	-159.308	4.722.095	7%
FORNECEDORES	4.590.336	400.263	4.990.599	7%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	3.220.222	806.890	4.027.113	6%
OBRIGAÇÕES FISCIAIS	907.466	151.024	1.058.490	1%
DEMAIS CONTAS A PAGAR	1.029.333	128.174	1.157.507	2%
PARCELAMENTOS	4.203.054	-1.455.655	2.747.399	4%
NÃO CIRCULANTE	31.406.911	1.032.680	32.439.591	46%
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS LP	10.401.012	106.260	10.507.272	15%
FORNECEDORES LP	552.072	0	552.072	1%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS LP	748.654	3.563	752.217	1%
PARCELAMENTOS IMPOSTOS	13.902.295	894.605	14.796.901	21%
PARTES RELACIONADAS	5.802.878	28.253	5.831.130	8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.410.928	2.691.277	20.102.204	28%
CAPITAL SOCIAL	44.829.350	0	44.829.350	63%
RESERVA DE REAVLIAÇÃO	1.294.628	0	1.294.628	2%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	3.486.399	0	3.486.399	5%
PREJUÍZOS ACUMULADOS	-32.199.449	2.691.277	-29.508.173	-41%

ANÁLISE

No passivo, as contas de parcelamentos são as que recebem as maiores variações, em virtude de lançamentos registrados na contabilidade de compensação com créditos de prejuízos fiscais junto a Receita Federal do Brasil. Dessa forma, a curto prazo reduz em R\$ 1,4 milhões e a longo prazo aumenta em R\$ 894.605. Assim, o montante da dívida reduz com as compensações, e parte da dívida é transferida para as obrigações de longo prazo.

As obrigações sociais e trabalhistas aumentam em virtude do acúmulo de dívidas com ordenados, INSS e outros encargos, mas a principal movimentação é o estorno de um parcelamento de FGTS, em que o valor de R\$ 439.289,78 deixa de ser registrado na conta de parcelamentos e volta para a conta em questão.

Por fim, o prejuízo acumulado melhorou em aproximadamente R\$ 2,7 milhões devido ao lucro do período de julho.



Demonstrativo do Resultado do Exercício

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	abr/18	A.V	mai/18	A.V	A.H	SALDO 2018
FATURAMENTO	618.782	-	3.910.263	-	532%	7.577.162
DEDUÇÕES SOBRE VENDAS	-118.371	-	-151.986	-	28%	-398.649
RECEITA LÍQUIDA	500.411	100%	3.758.277	100%	651%	7.178.513
CUSTOS	-1.359.259	-272%	-918.973	-24%	-32%	-4.339.129
CUSTOS DIRETOS	-1.153.192	-230%	-748.670	-20%	-35%	-3.738.368
MATERIAIS DIRETOS	-450.606	-90%	-29.418	-1%	-93%	-648.989
MÃO DE OBRA DIRETA	-347.254	-69%	-321.946	-9%	-7%	-1.682.370
SERVIÇOS EMPREITADOS	-182.892	-37%	-159.445	-4%	-13%	-695.218
EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO	-172.439	-34%	-237.861	-6%	38%	-711.791
CUSTOS INDIRETOS	-206.067	-41%	-170.303	-5%	-17%	-600.761
MATERIAL INDIRETO	-4.812	-1%	-57.810	-2%	1101%	-121.782
MÃO DE OBRA INDIRETA	-2.195	0%	-3.420	0%	56%	-8.716
OUTROS CUSTOS INDIRETOS	-199.061	-40%	-109.073	-3%	-45%	-470.263
LUCRO BRUTO	-858.848	-172%	2.839.304	76%	-431%	2.839.384
DESPESAS	-325.198	-65%	-148.027	-4%	-54%	-3.236.282
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-387.796	-77%	-198.345	-5%	-49%	-1.584.063
DESPESAS COM PESSOAL	-201.976	-40%	-147.349	-4%	-27%	-1.001.595
OCUPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ENERGIA	-10.932	-2%	-1.848	0%	-83%	-45.870
SERVIÇOS A TERCEIROS	-133.122	-27%	-30.346	-1%	-77%	-336.876
DESPESAS C/ VEÍCULOS ADM.	-8.499	-2%	-6.831	0%	-20%	-31.747
VIAGENS E REPRESENTAÇÕES	-12.297	-2%	-2.081	0%	-83%	-35.338
OUTRAS DESPESAS	-16.513	-3%	-1.618	0%	-90%	-97.944
DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS	-4.456	-1%	-8.273	0%	86%	-34.693
EVENTOS FINANCEIROS	55.307	11%	29.855	1%	-46%	-1.786.349
DESPESAS FINANCEIRAS	105.086	21%	-61.619	-2%	-159%	-1.878.385
RECEITAS FINANCEIRAS	-49.780	-10%	91.474	2%	-284%	92.036
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-10.486	-2%	-2.692	0%	-74%	-28.068
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	17.778	4%	23.156	1%	30%	162.198
RECEITAS EVENTUAIS - CONSÓRCIOS	0	0%	0	0%	0	12
AJUSTES DE CENTAVOS	0	0%		0%	-100%	3
GANHOS/PERDAS DE CAPITAL	0	0%	4.000	0%	0	44.000
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	17.787	4%		0%	-100%	99.037
RECUPERAÇÃO IMP. EXRC. ANTERIORES			19.156		0	19.156
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-9	0%		0%	-100%	-9
RESULTADO	-1.184.045	-237%	2.691.277	72%	-327%	-396.898

6. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS

ANÁLISE

Sobre o demonstrativo de resultado do exercício, a recuperanda relata a este Administrador Judicial que a maior parte do faturamento da Construtora Brasília Guaíba é para o DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, sendo que em maio representou R\$ 3,6 milhões do montante de R\$ 3,9 milhões.

É importante esclarecer que o fato do faturamento de maio ser maior que abril, não tem relação com novos contratos fechados e sim com o andamento das obras, afinal, a base de cálculo para o faturamento é a mensuração do trabalho executado.

Percebe-se no demonstrativo de resultado, que em que pese o faturamento crescer, os custos e despesas reduzem de abril para maio. Segundo a recuperanda, esse fenômeno ocorre porque há custos que se destacam temporariamente pelo volume.

Em maio os custos que se destacam é a Mão de Obra e Encargos no valor de R\$ 268.129,00, Óleo Diesels e Lubrificante no valor de R\$ 160.548,00 e Transporte de Materiais e de Equipamentos de valor R\$ 148.922,00

Por fim, o período de maio obteve lucro de quase R\$ 2,7 milhões, mas se observar o resultado acumulado do ano de 2018 verá um resultado negativo de R\$ 396.898,00.



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE
ATIVIDADES

1. **INTRODUÇÃO**
2. **EVENTOS RELEVANTES**
3. **DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS**
4. **ENDIVIDAMENTO**
5. **INFORMAÇÕES OPERACIONAIS**
6. **DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS**
7. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
 - MEIOS DE RECUPERAÇÃO
 - PROPOSTA DE PAGAMENTO
 - PRESTAÇÃO DE CONTAS



Meios de Recuperação



CONCESSÃO DE PRAZOS E CONDIÇÕES ESPECIAIS DE PAGAMENTO: No plano de recuperação judicial constam deságios, alongamento das dívidas com carência para início do pagamento e a substituição de taxas de juros vigente para os créditos previstos no plano.

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA: o plano prevê que a empresa pode, enquanto participar do processo de recuperação judicial, realizar operações para reorganizar a sociedade, de modo que faça, fusões, incorporações, cisões, transformações, dissoluções e criação de subsidiárias integrais. Ainda, os credores sujeitos ao Plano não podem se opor a nenhuma operação societária.

VENDA PARCIAL DE ATIVOS: As empresas podem alienar ativos operacionais ou não operacionais com o intuito de pagar credores ou recompor o capital de giro. Poderão alienar unidades produtivas isoladas através de leilão, propostas fechadas ou lances orais, e o recurso ali recebido será utilizado para capital de giro, novos investimentos e destinações afins. Também será empregado em leilões reversos, assim, para a quitação de dívidas já parceladas e desagiadas, mediante antecipação de valores e obtenção de novos descontos, na forma proposta pela recuperanda no momento da operação.

CAPTAÇÃO DE NOVOS RECURSOS: A empresa pretende obter novos recursos a credores fomentadores para cumprir com as obrigações do plano ou recompor o capital de giro.

AUMENTO DE CAPITAL: As empresas poderão emitir novas ações ou quotas visando cumprir as obrigações do plano ou recompor o capital de giro.

PROVIDÊNCIAS DESTINADAS AO REFORÇO DO CAIXA: Corte de custos e racionalização, e melhorias do processo.

CRÉDITOS ADVINDOS DE AÇÕES JUDICIAIS E EXTRA-JUDICIAIS: Os recursos originados de ações serão aplicados para quitação de dívidas parceladas e desagiadas, bem como a formação de capital de giro ou dação em garantia de futuras amortizações.

EMIÇÃO DE DEBENTURES: Poderá emitir conversíveis ou não em ações, com garantia real, e com finalidade de aceleração da amortização do presente plano, para capital de giro ou CAPEX.

7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PROPOSTA DE PAGAMENTO

CLASSE I CRÉDITOS TRABALHISTAS

Créditos de até R\$ 70.000,00

- Serão pagos integralmente em até um ano da data do trânsito em julgado da decisão que homologa o PRJ, através da alienação da UPI.

Créditos superiores a R\$ 70.000,00

- Serão pagos integralmente em até um ano da data do trânsito em julgado da decisão que homologa o PRJ, através da dação de lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação.

O prazo final para a quitação dos créditos trabalhistas se dará em 05.11.2018.

CLASSE II CRÉDITOS COM GARANTIA REAL

Através da dação, respeitadas os valores dos seus créditos, com respectiva quitação total do crédito. Se o valor do bem for superior a dívida, o mesmo poderá ser fracionado e o credor receberá parte equivalente fracionada ao seu crédito.

A Recuperanda foi questionada sobre os procedimentos adotados para fins do cumprimento da Classe II, eis que não há prazo de carência para início dos procedimentos. Informou, que os seus procuradores estão procedendo com a confecção dos contratos para efetivamente cumprir com o exposto no plano de recuperação judicial.

CLASSE III e IV CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIO E ME e EPP (OPERACIONAIS)

A classe III demais condições

Credores até R\$ 10.000,00

- Pagamento será realizado em 48 parcelas com taxa de juros 3% a.a. e correção monetária a partir da homologação do PRJ.

Credores acima de R\$ 10.000,00

- Serão pagos de forma pró-rata conjuntamente com os credores ME/EPP Ordinários, através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos dos honorários advocatícios, custas e despesas judiciais do processo contra o DNIT. E através de cessão e transferência dos direitos, ações e exceções da UPI denominado SPE Pedreira Rincão, da SPE Três Passos.

Quanto aos credores com valores de até R\$ 10.000,00, da classe III e IV, a empresa já deveria ter iniciado o pagamento, mas informou que aguarda a publicação do quadro geral de credores para iniciar. Considerando que esta prerrogativa não está no plano, entende-se que há atraso quanto ao cumprimento do plano para estes credores.

Para os credores com valores acima de R\$ 10.000,00, a empresa também informou que seus procuradores estão procedendo com a organização da documentação necessária para tal.



**MEDEIROS
& MEDEIROS**
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PROPOSTA DE PAGAMENTO

A classe III é dividida em diversas classes, em seguida é apresentado as condições de cada:

Credores Financeiros Parceiros

- O prazo de pagamento é de 20 anos com início do pagamento mensal após 30 dias da homologação do plano; pela tabela price com parcelas mensais de R\$ 40.000,00 e alienação e consequente direcionamento dos recursos para amortização do saldo devedor dos ativos pertencentes a Sociedade de Propósito Específico Camaquã controlada pela Recuperanda. A correção será pela TR-Mensal e 4% de juros a.a.

Credores Financeiros de Grande Valor (acima de R\$ 10.000.000,00)

- Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos líquidos dos honorários advocatícios, custas e despesa judiciais. Processo contra o DNIT de serviços não pagos. Processo judicial nº 1015033-92.2016.8.26.0053 e 1032456.65.2016.8.26.0053 contra o DH do Estado de São Paulo. Processo judicial nº 0044167.12.2016.8.17.2001 contra a COMPESA.

Credores Financeiros Fomentadores

- Pagamento da integralidade e totalidade dos créditos será exclusivamente através da dação em pagamento de tantos lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação, resultado do fracionamento da Matrícula 5.862 do Registro de Imóveis de Portão, RS.

Credores Financeiros Ordinários

- Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos dos honorários advocatícios, custas e despesa judiciais. Os processos são contra a PMPA por serviços executados e não pagos.

Credores Operacionais Colaborativos

- Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos líquidos dos honorários advocatícios, custas e despesa judiciais. Processo contra o DNIT de serviços não pagos. Processo judicial nº 1015033-92.2016.8.26.0053 e 1032456.65.2016.8.26.0053 contra o DH do Estado de São Paulo. Processo judicial nº 0044167.12.2016.8.17.2001 contra a COMPESA

CLASSE III

**CRÉDITOS
QUIROGRAFÁRIOS**

**(FINANCEIROS E
COLABORATIVOS)**

7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Magistrada, em 17.04.2018, determinou o marco inicial para cumprimento do plano de recuperação judicial, qual seja, **06.11.2017**.

Conforme se verifica no processo principal da recuperação judicial, foi determinada a data de 06.11.2017 como marco temporal inicial para cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

Por outro lado, acerca do leilão do bem imóvel anteriormente mencionado, o Juízo determinou a liberação da indisponibilidade anotada sobre a matrícula, autorizando a alienação direta do bem na forma da proposta apresentada nos autos. Determinou, ainda, que a devedora cumpra as disposições constantes no plano de recuperação relativamente aos pagamentos dos credores trabalhistas independentemente da perfectibilização do negócio e dos valores eventualmente advindos.

Em relação ao cumprimento do plano de recuperação judicial, esta Administração Judicial está monitorando e recebeu os seguintes esclarecimentos por parte da equipe da recuperanda:

Sobre a classe trabalhista questiona-se a empresa sobre o andamento da venda do imóvel que tem por finalidade o pagamento dos credores trabalhistas. A recuperanda se posicionou no sentido de que estão aguardando o recebimento do ofício para tratar de agilizar a transferência da titularidade para a MRV, e receber as NPs para descontá-las e então pagar os credores, sendo a previsão até o final de outubro de 2018.

Os créditos até R\$ 10.000,00 da classe III e IV estão em atraso, a recuperanda informou que irá iniciar os pagamentos durante o mês de setembro.

Já os créditos acima de R\$ 10.000,00, a CBG declara que ainda em setembro irão judicializar a ação contra o DNIT, então terão condições de iniciar a emissão de liquidação dos credores através da cessão de recebíveis do DNIT e das UPIs.

Por fim, a recuperanda informa que os credores a seguir se enquadram na respectiva condição do Plano de Recuperação Judicial.

BANRISUL é um credor enquadrado como Credor Financeiro Parceiro.

ATRIA é um credor enquadrado como Credor Financeiro Fomentador.

7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS

CESSÕES DE CRÉDITOS

A recuperanda notificou os credores sobre os pagamentos efetuados através de cessões de crédito durante o mês de julho e agosto de 2018. Desse modo, na tabela a seguir é apresentado de forma resumida a distribuição dos valores, confrontando-se os valores que foram objeto de cessão e os valores arrolados nos processos.

CREDORES FINANCEIROS ORDINÁRIOS	VALOR	%
BANCO FIBRA	782.843,95	6,5101
BANCO VOTORANTIM	3.512.729,82	29,2117
BANCO CATERPILLAR	7.647.864,78	63,5993
CBG - RESERVA	81.642,76	0,6789
TOTAL	12.025.081,31	100
PAGAMENTO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA	VALOR	%
A - TRONCO - 1 e 2	5.415.064,22	45,0314
B - TRONCO - 3 e 4	6.610.017,09	54,9686
TOTAL PROCESSO 9018693-21.2017.8.21.0001	12.025.081,31	100

CREDORES FINANCEIROS DE GRANDE VALOR	VALOR	%
BANCO DO BRASIL	18.629.117,67	22,9558
BANCO DO BRASIL - PENDE DECISÃO JUDICIAL	5.165.107,51	6,3647
BANCO SANTANDER	20.452.074,97	25,2022
BANCO HSBC	16.668.076,35	20,5393
BANCO BRADESCO	4.211.830,50	5,19
EGM	11.634.356,86	14,3365
CBG - RESERVA	26.919,64	0,0332
SUB	76.787.483,50	
CREDORES OPERACIONAIS COLABORATIVOS	VALOR	%
ABASTECEDORA ABM LTDA	2.196.998,93	2,7073
COM. COMB. LUSTER LTDA	2.167.587,05	2,671
SUB	4.364.585,98	
TOTAL	81.152.069,48	100
PAGAMENTO POR CESSÃO FIDUCIÁRIA	VALOR	%
BR-101 PROCESSO a ser judicializado contra DNIT nº 0356/2016	57.168.475,36	70,4461
DH - 065/2012 PROCESSO 1015033-92.2016.8.26.0053	4.590.521,66	5,6567
DH - 067/2012 PROCESSO 1032456-65.2016.8.26.0053	4.298.592,45	5,297
COMPESA PROCESSO 0028368-89.2017.8.17.2001	15.094.480,01	18,6002
TOTAL	81.152.069,48	100



7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS

Resumo das cessões de créditos realizadas em decorrência do cumprimento do Plano de recuperação judicial.

CREDOR	DATA ENTREGA CORREIOS	VALOR CESSÃO	VALOR CRÉDITO	PROCESSO	VARA/COMARCA	DEVEDOR	OBSERVAÇÃO
CREDORES FINANCEIROS DE GRANDE VALOR							
BANCO DO BRASIL	13/08/2018	18.629.117,67	23.794.225,18	0028368-89.2017.8.17.2001	4ª Vara Cível Pernambuco	Compesa	Houve a cessão fiduciária e em caráter pro soluto, do equivalente a 22,9558% do crédito objeto da ação contra a DH, Compesa e DNIT. Destaca que pende de decisão judicial a cessão de crédito equivalente a 6,3647% (R\$ 5.165.107,51) do crédito objeto da ação.
				1015033-92.2016.8.26.0053	10ª Vara Fazenda Pública SP	DH – SP	
				1032456-65.2016.8.26.0053	14ª Vara Fazenda Pública SP	DH – SP	
				1006786-67.2017.4.01.3400	21ª Vara Cível Brasília DF	DNIT	
BANCO SANTANDER	10/08/2018	20.452.074,97	20.452.074,97	0028368-89.2017.8.17.2001	4ª Vara Cível Pernambuco	Compesa	Houve a cessão fiduciária e em caráter pro soluto, do equivalente a 25,2022% do crédito objeto da ação contra a DH, Compesa e DNIT.
				1015033-92.2016.8.26.0053	10ª Vara Fazenda Pública SP	DH – SP	
				1032456-65.2016.8.26.0053	14ª Vara Fazenda Pública SP	DH – SP	
				1006786-67.2017.4.01.3400	21ª Vara Cível Brasília DF	DNIT	
HSBC							A CBG informou que aguarda decisão judicial para o envio
BRADESCO							A CBG informou que a notificação para o BRADESCO foi enviada em 17.08.2018, em breve enviará o comprovante de entrega.
EGM	10/08/2018	11.634.356,86	11.634.356,86	0028368-89.2017.8.17.2001	4ª Vara Cível Pernambuco	Compesa	Houve a cessão fiduciária e em caráter pro soluto, do equivalente a 14,3365% do crédito objeto da ação contra a DH, DNIT e Compesa.
				1015033-92.2016.8.26.0053	10ª Vara Fazenda Pública SP	DH – SP	
				1032456-65.2016.8.26.0053	14ª Vara Fazenda Pública SP	DH – SP	
				1006786-67.2017.4.01.3400	21ª Vara Cível Brasília DF	DNIT	
CREDORES OPERACIONAIS COLABORATIVOS							
ABASTECEDORA ABM	10/08/2018	2.196.998,93	2.196.998,93	0028368-89.2017.8.17.2001	4ª Vara Cível Pernambuco	Compesa	Houve a cessão fiduciária e em caráter pro soluto, do equivalente a 2,7073% do crédito objeto da ação contra a DH e Compesa.
				1015033-92.2016.8.26.0053	10ª Vara Fazenda Pública SP	DH – SP	
				1032456-65.2016.8.26.0053	14ª Vara Fazenda Pública SP	DH – SP	
				1006786-67.2017.4.01.3400	21ª Vara Cível Brasília DF	DNIT	
COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LUSTER	13/08/2018	2.167.587,05	2.167.587,05	0028368-89.2017.8.17.2001	4ª Vara Cível Pernambuco	Compesa	Houve a cessão fiduciária e em caráter pro soluto, do equivalente a 2,6710% do crédito objeto da ação contra a DH, Compesa e DNIT.
				1015033-92.2016.8.26.0053	10ª Vara Fazenda Pública SP	DH – SP	
				1032456-65.2016.8.26.0053	14ª Vara Fazenda Pública SP	DH – SP	
				1006786-67.2017.4.01.3400	21ª Vara Cível Brasília DF	DNIT	
CREDORES FINANCEIROS ORDINÁRIOS							
BANCO FIBRA	18/07/2018	782.843,95	782.843,95	9018693-21.2017.8.21.0001	5ª Vara Fazenda Pública POA	PMPA	Houve a cessão fiduciária e em caráter pro soluto, do equivalente a 6,5101% do crédito objeto da ação contra a PMPA.
				9018693-21.2017.8.21.0001	5ª Vara Fazenda Pública POA	PMPA	
BANCO VOTORANTIM	11/07/2018	3.512.729,82	3.512.729,82	9018693-21.2017.8.21.0001	5ª Vara Fazenda Pública POA	PMPA	Houve a cessão fiduciária e em caráter pro soluto, do equivalente a 29,2117% do crédito objeto da ação contra a PMPA.
				9018693-21.2017.8.21.0001	5ª Vara Fazenda Pública POA	PMPA	
BANCO CATERPILAR	11/07/2018	7.647.864,78	7.647.864,78	9018693-21.2017.8.21.0001	5ª Vara Fazenda Pública POA	PMPA	Houve a cessão fiduciária e em caráter pro soluto, do equivalente a 63,5993% do crédito objeto da ação contra a PMPA.
				9018693-21.2017.8.21.0001	5ª Vara Fazenda Pública POA	PMPA	



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ANEXOS

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE
ATIVIDADES

**Competência: Maio a Agosto de
2018**

Porto Alegre, 18 de setembro de 2018

I – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS



MEDEIROS & MEDEIROS

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

administradorjudicial.adv.br

PORTO ALEGRE / RS

NOVO HAMBURGO / RS

SÃO PAULO / SP

CAXIAS DO SUL / RS

BLUMENAU / SC

AV. DR. NILO PEÇANHA, 2900/701
TORRE COMERCIAL IGUATEMI BUSINESS
BAIRRO CHÁCARA DAS PEDRAS
CEP: 91330-001
51 3062.6770

RUA JÚLIO DE CASTILHOS, 679/1111
CENTRO EXECUTIVO TORRE PRATA
BAIRRO CENTRO
CEP: 93510-130
51 3065.6770

AV. NACÕES UNIDAS, 12399/133 B
ED. COMERCIAL LANDMARK
BAIRRO BROOKLIN NOVO
CEP: 04578-000
51 3062.6770

RUA ÂNGELO CHIARELLO, 2811/501
CENTRO EMPRESARIAL CRUZEIRO
BAIRRO PIO X
CEP: 95032-460
54 3419.7274

RUA DR. ARTUR BALSINI, 107
BBC BLUMENAU
BAIRRO VELHA
CEP: 89036-240
47 3381-337



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

"em recuperação judicial"

CNPJ Nº 33.192.873/0001-00

BALANCETE DE MAIO 2018

ATIVO

	05/2018	05/2017
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	11.170,22	11.473,39
Aplicações financeiras	126,11	1.658,27
Contas a receber	20.835.224,70	1.461.923,46
Serviços a faturar	13.345.033,98	14.913.038,93
Estoques	6.317.443,73	6.430.800,04
Investimentos Temporários	2.533.383,12	2.533.383,12
Adiantamentos a fornecedores	2.260.490,30	2.573.025,80
Outros Crédidos a Receber	6.000,00	20.859,91
Impostos a recuperar	1.196.921,42	1.177.824,46
Retenções contratuais a receber	215.210,43	795.225,67
Despesas do exercício seguinte	2.250.081,57	
Total do ativo circulante	48.971.085,58	29.919.213,05
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Contas a receber		22.710.632,00
Direitos Creditícios		2.784.587,71
Depósitos judiciais	2.429.931,87	1.937.968,06
Partes relacionadas	1.935.056,31	1.793.434,73
Imobilizado	17.908.923,12	17.550.832,12
Total do ativo não circulante	22.273.911,30	46.777.454,62
TOTAL DO ATIVO	71.244.996,88	76.696.667,67

u

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

"em recuperação judicial"

CNPJ Nº 33.192.873/0001-00

BALANCETE DE MAIO 2018

PASSIVO

	05/2018	05/2017
CIRCULANTE		
Instituições financeiras	4.722.094,49	3.310.890,46
Fornecedores	4.990.598,80	4.227.899,94
Obrigações sociais e trabalhistas	2.505.120,64	384.528,55
Provisões Trabalhistas	1.521.991,93	582.193,49
Obrigações fiscais	1.058.489,82	185.180,49
Demais contas a pagar	1.157.506,93	863.888,06
Parcelamentos	2.747.398,81	
Total do passivo circulante	18.703.201,42	9.554.580,99
NÃO CIRCULANTE		
Instituições financeiras	10.507.271,63	2.555.000,59
Obrigações sociais e trabalhistas	752.216,73	7.264.439,29
Fornecedores	552.071,71	
Obrigações fiscais	2.507.902,82	1.838.020,25
Parcelamento Impostos PERT	12.288.997,70	19.473.653,88
Partes relacionadas	5.831.130,49	16.932.471,03
Total do passivo não circulante	32.439.591,08	48.063.585,04
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	44.829.350,00	44.829.350,00
Reserva de reavaliação	1.294.627,94	1.294.627,94
Ajustes de avaliação patrimonial	3.486.398,96	3.486.398,96
Prejuízos acumulados	(29.111.274,63)	(29.508.779,62)
Resultado do Exercício em Curso	(396.897,89)	(1.023.095,64)
Total do patrimônio líquido	20.102.204,38	19.078.501,64
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	71.244.996,88	76.696.667,67

[Handwritten signature]



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA
 "em recuperação judicial"
 CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE MAIO 2018
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	05/2018	05/2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Tributos e deduções de vendas	7.577.162,23 (398.648,95)	5.713.101,30 (336.189,58)
Receita operacional líquida	7.178.513,28	5.376.911,72
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(4.339.129,45)	(4.191.267,59)
LUCRO BRUTO	2.839.383,83	1.185.644,13
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(1.584.062,68)	(2.598.944,98)
Outras receitas (despesas) operacionais	162.197,60	850.629,17
Despesas Tributárias	(28.067,95)	
RESULTADO ANTES DO MOV. FINANCEIRO	1.389.450,80	(562.671,68)
Receitas financeiras	92.036,25	421.733,19
Despesas financeiras	(1.878.384,94)	(882.157,15)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	(396.897,89)	(1.023.095,64)
Imposto de Renda e Contrib. Social		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(396.897,89)	(1.023.095,64)


 Construtora Brasília Guaíba Ltda
 Em Recuperação Judicial
 André Loiferman CPF 354.259.200,59
 Diretor Presidente


 Sérgio Rodrigues dos Santos
 CPF 401.148.050-91
 CRC-RS 47716